



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 2/2026

RESUMO DAS QUESTÕES OBJETIVAS ANULADAS APÓS ANÁLISE RECURSAL

CURSO	DISCIPLINA	CÓDIGO DA QUESTÃO	ENUNCIADO
DIREITO	ADMINISTRATIVO	DIRGAD12612	(DIRGAD12612) No município de São Bento do Vale, situado às margens do Rio Claro, ocorreu o rompimento de uma barragem de rejeitos pertencente à empresa Serra Alta Mineração S.A., ocasionando severa contaminação ambiental, interrupção do abastecimento de água e danos à saúde de comunidades ribeirinhas e povos tradicionais. Apurou-se que a barragem operava mediante licenciamento ambiental federal, tendo sido objeto de sucessivas fiscalizações por parte do órgão ambiental competente. Relatórios técnicos internos, elaborados dois anos antes do rompimento, apontavam risco concreto de instabilidade estrutural e recomendavam a adoção imediata de medidas de contenção, as quais não foram exigidas pela Administração Pública. Além disso, verificou-se que, após eventos climáticos extremos registrados semanas antes do desastre, não houve reforço da fiscalização nem determinação administrativa de paralisação das atividades. O caso passou a ser acompanhado pelo Ministério Público Federal, que discute a responsabilização civil do Estado, em concorrência com a empresa mineradora. Considerando a Constituição Federal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como a dogmática da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.
	PROCESSO CIVIL	DIRGPC12607	(DIRGPC12607) Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta:
		DIRGPC12615	(DIRGPC12615) Analise as questões abaixo e assinale a correta.
	CONSTITUCIONAL	DIRGCON12615	(DIRGCON12615) No exercício de sua atividade-fim, o Ministério Público Federal deve zelar pela correta aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ao analisar o tratamento de dados pessoais por uma empresa pública, o membro deve observar que a Lei 13.709/2018 fundamenta-se nos seguintes princípios, à exceção da:
	PROCESSO PENAL	DIRGPP12603	(DIRGPP12603) Acerca dos requisitos obrigatórios da denúncia, a previsão de indenização pelos danos sofridos decorrentes da ação penal, nos termos do artigo 387, inciso IV do CPP: I – Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, à luz dos artigos 41 e 387, inciso IV do CPP, para fins de fixação de indenização por danos morais é suficiente que tal pedido esteja expressamente formulado na denúncia. II – A fixação da reparação civil mínima a ser fixada na sentença penal condenatória (art. 387, IV, do CPP) pressupõe a participação do réu, sob pena de violação aos postulados do contraditório e da ampla defesa, razão pela qual, deve ser expressa e objetivamente incluído seu pedido e o valor pretendido na peça acusatória. III – Julgue se a situação a seguir: Luciano, desconfiado de uma possível traição, consultou as redes sociais de sua esposa Josefa, hipótese que identificou uma mensagem não respondida de um homem convidando-a para jantar. Tomado por raiva, Luciano confrontou sua esposa, momento em que lhe deu dois tapas no rosto e puxou violentamente seu cabelo. Josefa prontamente registrou a ocorrência em delegacia de atendimento especializado em violência doméstica e familiar da mulher. Em ato contínuo, o Ministério Público ofereceu denúncia pelo crime de lesão corporal por razões de condições do sexo feminino e requereu a fixação de valor mínimo indenizatório por danos morais e materiais da infração penal. Na sentença condenatória, o juiz fixou a quantia de R\$ 1.000,00, atendendo ao pleito do órgão de acusação. Luciano, em recurso de apelação, aduz que não houve delimitação de valor da indenização pretendida, circunstância que lhe teria prejudicado pela ausência de instrução específica nesse sentido. O Tribunal de Justiça confirma a sentença condenatória integralmente aduzindo que, em casos de violência doméstica contra a mulher, basta o pedido expresso de indenização na peça acusatória como forma de se melhor proteger esse grupo vulnerável. É/são correto(s):
		DIRGPP12605	(DIRGPP12605) Acerca do juiz das garantias, julgue os itens abaixo: I – O juiz das garantias é instado a atuar na fase administrativa da persecução penal apenas nas hipóteses de custódia cautelar do investigado. II – A competência do juiz das garantias cessa com o recebimento da denúncia. III – O instituto do juiz das garantias apenas não se aplica nos casos de júri, infrações de menor potencial ofensivo, competência originária dos tribunais e violência doméstica e familiar contra a mulher. É/são correto(s):